

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

V. 8, N. 2, ano 2016 - Volume Temático: *Linguagem e Raça: diálogos possíveis*

QUEM ESCREVE TAMBÉM DEVE TER CORAGEM: MODOS DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE ESCRITA DE UM AFRODESCENDENTE BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

*Lilian do Rocio Borba**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre modos de participação em práticas de escrita de indivíduos das chamadas “classes populares” na sociedade carioca da segunda metade do século XIX, focalizando sobretudo indivíduos afrodescendentes. O *corpus* é constituído por artigos redigidos por Cândido da Fonseca Galvão, o D. Obá II, publicados em jornais da imprensa da cidade do Rio de Janeiro, bem como por material iconográfico referente a esse sujeito histórico. Com relação ao método de análise, a abordagem proposta é serial e intertextual, uma vez que D. Obá publicou diversos artigos em periódicos do fim do século XIX – o que nesta pesquisa constitui uma *série*. A pesquisa se constitui em um estudo de caso no qual se busca construir uma abordagem interdisciplinar entre a linguística sócio-histórica e a história social. A análise elaborada permite afirmar que a escrita foi importante estratégia para Galvão/Obá participar ativamente das sociabilidades da época na sociedade urbana onde estava inserido. Os resultados prévios desta investigação fazem parte da pesquisa intitulada “Pronunciamentos de D. Obá II nos jornais da Corte: fontes para a história da escrita de afrodescendentes no século XIX”.

Palavras-chave: Escrita de afrodescendente. Linguística sócio-histórica. D. Obá II.

ABSTRACT

This article aims to reflect on ways of participating in writing practices of individuals called “popular classes” from Rio de Janeiro in the second half of the 19th century, focusing mainly on afro-descendants. The study object is a series of articles written by Cândido da Fonseca Galvão, D. Obá II d’África, published in newspapers of Rio de Janeiro’s popular press, as well as iconographic material referring to this historical person. Regarding the analysis method, the proposed approach is serial and intertextual since D. Obá published several articles in newspapers of the late nineteenth century – which, in this research, constitutes a *series*. The research constitutes a case study in which we sought to build an interdisciplinary approach between sociohistorical linguistics and social History. The analysis we elaborated allows to affirm that writing was an important strategy for Galvão/Obá to participate actively in the social interactions of his time in the urban society where he was inserted. The previous results of this investigation are part of the research titled “*Pronunciamentos de D. Obá II nos jornais da Corte: fontes para a história da escrita de afrodescendentes no século XIX*”.

Keywords: Writing of afro-descendants. Socio-historical linguistics. D. Obá II.

* Sociolinguista, desenvolve pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sobre a escrita de africanos e descendentes no século XIX. E-mail: lilianbor@yahoo.com.br.

Esta pesquisa foi possível graças à bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutoramento (PNPD/CAPES) recebida pela pesquisadora. O trabalho integra o projeto *Pronunciamentos de D. Obá II, edição crítica para a história da escrita de afrodescendentes no século XIX*, desenvolvido junto ao projeto temático *A língua portuguesa no tempo e no espaço: contato linguístico, competição de gramáticas e mudança paramétrica* (Fapesp 2012/06078-9), sob a coordenação da Prof.ª. Dra. Charlotte M. C. Galves (IEL/Unicamp).

INTRODUÇÃO

Esta investigação busca ampliar o conhecimento sobre os modos de participação em práticas de escrita de sujeitos afrodescendentes nos últimos anos do século XIX no Brasil. Um dos desafios para pesquisas sobre este tema é a escassez de fontes documentais relacionadas a indivíduos que puderam se expressar por escrito. Historicamente, o acesso à cultura escrita foi um privilégio de poucos indivíduos, geralmente brancos, pertencentes a classes socialmente destacadas. O censo oficial de 1872, por exemplo, revela que o índice de analfabetismo entre os escravizados atingia 99.9% desse contingente (FAUSTO, 1994 *apud* OLIVEIRA, 2008). Já, entre a população livre, os números ficam em, aproximadamente, 80.0%, elevando-se para 86.0% quando as mulheres estão incluídas. O censo mencionado ainda revelou que somente 16.8% da população entre 6 e 15 anos frequentavam escolas. Ou seja, mesmo em fins do século XIX, ler e escrever eram habilidades de poucos. Para Wissenbach (2002, p.105), na “história da escravidão brasileira e das populações de afro-descendentes, foram raros ou raríssimos os depoimentos diretos deixados por esses setores sociais”. No entanto, quando localizados, tais documentos têm exercido um papel significativo nas revisões historiográficas.

Como problematiza Acree Jr. (2008) ao tratar da escrita de africanos e descendentes no contexto mais abrangente da América Latina¹, poucos são os escritores e muitas, as perguntas: por que há um vazio tão grande e óbvio de escritos afrolatinos? No Brasil, país onde mais chegaram escravos que em qualquer parte da América Latina não há registros de escritos afrodescendentes que precedem ao romance abolicionista *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis (1859) ou os poemas de Luiz Gama? Há de existir outros documentos produzidos por afrodescendentes nesse período tanto na América espanhola quanto no Brasil. Além disso, é curioso que grupos afrolatinos tenham lançado seus próprios jornais no fim do século XIX sem que seus integrantes ou os editores destas publicações tenham escrito outros tipos de textos. Para responder a essas questões, é necessário encontrar os textos que tenham sobrevivido. Andrews (2008) afirma também que são extremamente raros os textos escritos por africanos e seus descendentes na América Latina colonial e do século XIX. Segundo o historiador, pesquisadores encontram fragmentos dispersos de vozes africanas e de afrodescendentes em casos judiciais, petições legais e outros documentos oficiais. Mas, raramente, encontram narrativas extensas sobre a vida dos escravos e dos negros livres, escritas pelos próprios afrodescendentes.

No que concerne aos estudos linguísticos brasileiros sobre essa temática, merece destaque a importante pesquisa empreendida por Oliveira (2006) que se debruçou sobre o acervo da Sociedade Protetora do Desvalidos de Salvador, analisando 290 textos produzidos na sociedade. Nesse trabalho, Oliveira analisou detidamente atas, que foram transcritas nos moldes de uma edição semidiplomática, servindo a estudos linguísticos de vários níveis. O autor investigou o lugar social de africanos e de seus descendentes na Bahia oitocentista, a situação da alfabetização na Bahia do século XIX e a relação entre africanos e seus descendentes no referido período. Como destaca o autor: “nesse percurso, reuniram-se documentos saídos das mãos de escravos ou feitos por outros, mas como expressão da sua vontade, e, sobre eles, se fez um estudo”².

¹ Como é do conhecimento geral, o Brasil não foi o único país latino-americano a ter a economia baseada na mão de obra escrava. Argentina, Cuba, Venezuela, Chile, Paraguai e Uruguai também tiveram mão de obra escrava africana em seu contexto colonial.

² *Ibidem*, p.20.

Considerando esse quadro esboçado, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre modos de participação em práticas de escrita de indivíduos das chamadas “classes populares” na sociedade carioca da segunda metade do século XIX, com foco em indivíduos afrodescendentes. Como objeto de estudo, toma-se artigos redigidos por Cândido da Fonseca Galvão, o Príncipe D. Obá II d’África³, publicados em jornais da imprensa popular da cidade do Rio de Janeiro, bem como material iconográfico referente a esse sujeito histórico. Além desta Introdução, o artigo conta com as seguintes seções: 1) *A interdisciplinaridade buscada, considerações teóricas*; 2) *O que é ser-se príncipe?*; 3) *Nos artigos de D. Obá II: etnicidade e classes trabalhadoras; e as Considerações finais – “Quem escreve também deve ter coragem”*.

1 A INTERDISCIPLINARIDADE BUSCADA, CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Entende-se que o trabalho para o estabelecimento de fontes de sincronias passadas coloca a necessidade de se construir uma abordagem interdisciplinar à investigação, tarefa que, segundo Barbosa (2005), coloca o linguista numa posição de *doublet* de historiador. Tarefa desafiadora e indispensável na construção de um corpus sócio-histórico. A presente investigação se constitui em um estudo de caso cujo lugar teórico é a sociolinguística histórica no que diz respeito a sua preocupação com o estabelecimento de fontes para o estudo da língua em diacronias passadas. Nesse sentido, a pesquisa parte de reflexões de Oliveira e Lobo (2009, p. 6), que em seu trabalho sobre a escrita de afrodescendentes na Bahia do século XIX afirmam que “nas investigações sobre a história e a cultura escrita no Brasil, um campo de estudos ainda por explorar é o dos caminhos trilhados por negros livres e libertos, integrantes de grupos sociais subalternos”.

É no campo da História da Cultura Escrita que este trabalho busca subsídios teóricos para as discussões propostas. Galvão (2007) aborda os desafios teóricos em estudos sobre as relações entre culturas orais e letradas, sobre as consequências da introdução da escrita e da imprensa em sociedades tradicionais. A autora tem como um de seus interesses o estudo de práticas de leitura e escrita, de modos de inserção e participação individuais em culturas escritas e das identidades específicas adquiridas por essas culturas, em consequência das finalidades e dos usos que nelas se fazem da escrita e dos modos como nelas se relacionam o impresso, o manuscrito e a oralidade (GALVÃO, 2007). Esses estudos tendem a se basear em pressupostos que vêm fundamentando as pesquisas realizadas no campo da História Cultural, e tomam como objeto/sujeito de investigação as pessoas comuns inseridas em seu cotidiano. Destaca-se nessa perspectiva teórica a análise das difíceis relações estabelecidas entre trajetórias individuais e relações com grupos sociais, étnicos e, de maneira mais ampla, com as sociedades e épocas em que vivem/viveram⁴.

Esta investigação constrói também uma relação estreita com estudos relacionados à história social, corrente historiográfica que se interessa por vários aspectos do cotidiano de diversificados agentes da história, sobretudo dos agentes que participam da história em papéis subalternizados, a chamada “história vista de baixo” cujo interesse reside em abordar trajetórias de camponeses, operários, escravos, pessoas comuns ou menos favorecidas da sociedade. Essa abordagem

³ Para saber mais sobre D. Obá II, cf. Silva (2001 [1997]), Kraay (2012), Schwarcz (1998/1999), Borba (2015).

⁴ *Ibidem*, p.34.

historiográfica propicia apoio metodológico no que diz respeito aos modos de participação na cultura letrada do sujeito da pesquisa. Com relação ao método de análise, a abordagem proposta é serial e intertextual, como propõe Schlieben-Lange (1993), uma vez que D. Obá II publicou diversos artigos em jornais do fim do século XIX – o que nesta pesquisa constitui uma *série*.

2 O QUE É SER-SE PRÍNCIPE?

O jornal O Mequetrefe de outubro de 1885 veicula uma espécie de charge (Figura 1) intitulada “O que é ser-se príncipe?”⁵. O tema é a greve⁶ de trabalhadores da Praça das Marinhas, um dos principais centros de compra e venda de gêneros alimentícios da Corte (FARIAS, 2012).

Figura 1 – O que é ser-se príncipe?



Fonte: Jornal O Mequetrefe, 1885.

⁵ Jornal O Mequetrefe. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pasta=ano%20188&pesq=ser-se>. Acesso em: 28 fev. 2016.

⁶ Segundo Farias (2008, não paginado): “Desde o dia 5 daquele mês, quando foram inauguradas novas barracas para venda de legumes e hortaliças na Praça das Marinhas, à margem da doca do grande e movimentado Mercado da Candelária, uma greve havia sido organizada pelos trabalhadores que ali estacionavam seus cestos e tabuleiros. Pequenos lavradores e negras quitandeiras não aceitavam pagar a diária de 400 réis cobrada pelos empresários do consórcio Oliveira & C., que arrendara o terreno à Câmara e construía as barraquinhas. Em protesto, recusaram-se a vender seus produtos e ainda impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas e de locais mais distantes descarregassem no cais. Rapidamente os conflitos tomaram as ruas e folhas impressas da Corte”.

A charge traz o seguinte diálogo entre uma negra quitandeira ao lado de seu tabuleiro de frutas e a figura de um elegante homem negro – o Príncipe D. Obá II d'África:

- Abença?...Home, esse greve! Um!...tá bão...Vossucê percisa fazê u escrevê a imperadô, desse cosa q si chama ballaquinha que tá lá na [...]
- Oh!...vai acabar. Já tenho alguns artigos promptos!

Pode-se observar registros diferentes na fala dos personagens representados. A fala atribuída à figura que representa D. Obá segue o registro da norma culta escrita. No entanto, na representação da fala da quitandeira há uma série de marcas linguísticas pertencentes a variedades do português vernacular brasileiro, à oralidade e a “uma fala estrangeira”.

- Marcas fonéticas de variedades vernaculares do português brasileiro: desnalização como em *home* em lugar de *homem*;
- Características da oralidade transpostas para o texto escrito: como o emprego de *u* em lugar de *o*, *si* em lugar de *se*; supressão de sons ou sílabas, como *fazê* em lugar de *fazer*, *escrevê* em lugar de *escrever*, *imperado* em lugar de *imperador*, *'ta* em lugar de *está*.
- Marcas coincidentes aos usos linguísticos que historicamente estão associados a falantes de baixa escolaridade e de origem rural, como *bão* por *bom* e *percisa* por *precisa*.
- Marca fonética da “fala de estrangeiro”: a permutação de /l/ e /r/, como em *ballaquinha/ barraquinha*. Segundo Alkmim e Álvarez-López (2009), esse traço está presente também em representações do português vernacular, mas em posição final de sílaba.
- Marca gramatical da “fala de estrangeiro”: a não-concordância de gênero, em duas ocorrências nos sintagmas nominais “esse greve/ essa greve” e “desse cosa/ dessa coisa”. Alkmim (2003), ao analisar representações sobre a fala de escravos no Brasil, observa que só os indivíduos caracterizados como africanos “confundem” o gênero, e que os africanos eram representados como falantes estrangeiros.

Segundo Alkmim e Álvarez-López (2009, p.43), traços como os aqui apresentados estão igualmente presentes em variedades vernáculas originadas em situações de contato do português com línguas africanas:

Ao lado desse tipo de marcas, associadas a grupos sociais e regionais de pouco prestígio na sociedade, aparecem também marcas que, claramente, sinalizam uma ‘fala de estrangeiro’ por não coincidirem com os traços observados em variedades vernáculas (ALKMIM; ÁLVAREZ-LÓPES, 2009, p.44).

Outro elemento ilustrado pela charge que merece ser destacado é o pedido de bênção, um sinal de respeito da quitandeira para com Obá. A trabalhadora recorre a D. Obá, filho do africano liberto tido como “príncipe do povo” das ruas da cidade, para que este, por meio de seus artigos publicados na imprensa, escrevesse ao imperador para tentar angariar apoio a seu protesto. A cena

representada na gravura é um indício da participação de D. Obá como um ator social reconhecido por parcela de indivíduos que o identificavam como uma liderança. Soares (1999) informa que Galvão morou⁷ na freguesia de Santa Anna, na Rua Barão de São Félix, a mesma rua do mais famoso cortiço da época, o Cabeça de Porco. Segundo o historiador, D. Obá mantinha uma intensa relação com a população negra da corte que reconhecia sua origem nobre. Tal relação parece explicar o recebimento de dízimos que a comunidade de africanos e descendentes lhe pagava. Em contrapartida, D. Obá fixou, por meio da escrita, as lutas e certos anseios de parte desses grupos menos favorecidos socialmente.

O fato de D. Obá publicar artigos em jornais e os indícios de que ele era uma espécie de porta voz de grupos pobres ou desprestigiados estão relacionados com as múltiplas formas de *sociabilidades* existentes na cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX. Ao tratar dos múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira, Wissenbach (2002) afirma que estar imerso no mundo da escrita, em sociedades urbanas no período da escravidão, ligava-se direta ou indiretamente às sociabilidades existentes nas cidades, entre escravos, forros, negros nascidos livres e brancos pobres em um tempo em que “uns lêem, outros escutam, ou simplesmente veem, mas todos aproximam-se bem ou mal da escrita, todos percebem-na e experimentam sua presença” (FABRE, 1985, p.233 *apud* WISSENBACH, 2002, p.113).

Voltando à gravura (Figura 1). Por ser uma representação, não se pode afirmar que o encontro e o diálogo tenham acontecido de fato, mas a cena é totalmente possível ao se considerar elementos da biografia do sujeito desta pesquisa e as sociabilidades existentes descritas na bibliografia citada. Considerando tais aspectos, pode-se afirmar que D. Obá representou uma aproximação, um elo, entre grupos distintos de pessoas que viveram nesse tempo, nessa sociedade, na qual todos se aproximam bem ou mal da escrita e percebem sua presença. A próxima seção tem como objetivo analisar percursos temáticos nos artigos de D. Obá.

3 NOS ARTIGOS DE D. OBÁ II: ETNICIDADE E CLASSES TRABALHADORAS

Obá/Galvão escreveu *longos artigos*⁸ cuja leitura pode causar uma série de estranhamentos ao interlocutor, pois é possível reconhecer temas como as críticas aos maus tratos de que eram vítimas os “pretos e pardos”, os elogios à monarquia e aos conselheiros conservadores do império, a preocupação com as condições dos soldados retornados da Guerra do Paraguai, e outros assuntos. Ou seja, D. Obá trata de questões de seu tempo marcado pelo desmonte do sistema escravagista. No entanto, há uma série de características textuais em sua escrita que dificultam a construção de sentido para os artigos, entre as quais pode-se citar a grande extensão das frases, a não continuidade de tópicos temáticos, o uso da pontuação que não segue os padrões que se verificam nos demais textos veiculados no mesmo jornal, entre outros traços. Cabe ressaltar que este artigo não tem como objetivo a análise das características desviantes da escrita de Obá, mas, como dito acima, tem como foco discutir o modo como o autor se insere em práticas letradas e suas percepções sobre questões de seu tempo.

⁷ Soares (1999, p.79) cita outros lugares em que Cândido Fonseca Galvão viveu.

⁸ “É o que assim se vê, pelos longos artigos que tenho publicado, na minha vida política, desde longos annos”. *A justiça e a consciência II*, jornal Carbonario, 25/04/1887.

Foram selecionados para esta reflexão enunciados em que se pode observar dois eixos temáticos interligados em fins do século XIX: 1) etnicidade e 2) classes trabalhadoras. Interessa às discussões deste trabalho considerar as nuances semânticas entre os termos empregados para designar os africanos e descendentes no período. Segundo Mattos (2000, p.16-17), a categoria “pardo” é típica do final do período colonial e significava mais do que mestiço ou “mulato” – termo que, segundo a historiadora, era relacionado à mestiçagem. Durante o período colonial e grande parte do século XIX, o termo “negro” era empregado para designar indivíduos escravizados e o termo “preto” para os indivíduos forros e livres. Segundo Mattos (2000):

A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria “pardo livre” como condição linguística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava (MATTOS, 2000, p.17).

D. Obá II era filho de africano forro e nasceu livre. Ao argumentar em favor dos pretos e pardos na formação da nacionalidade brasileira, Obá também constrói discursivamente sua autoimagem, também fala de si, visto que em diversos artigos se autodenomina como “preto” com orgulho. Em uma espécie de carta endereçada ao conde d’Eu, marido da princesa Isabel, Obá afirma sua identidade étnica: preto, filho de África e de descendência rara.

(1) acevero mui respeitosamente por mais de uma vez que orgulho-me de preto ser⁹, tanto quanto sou eu filho d’África, duma decendencia que so aparecem no Brazil dum século a outro¹⁰.

Vivendo os anos 1880 na Corte como um indivíduo livre e de poucas posses, Obá se colocou como um crítico de assuntos importantes *falando* a partir da ótica das “classes [...] vítimas pelo preconceito de cor”. O trecho que segue foi extraído do primeiro artigo de uma série de 7 cujo título é “Ao país e ao respeitável público”. Neste enunciado, Obá tece considerações sobre quem são os *brasileiros*.

(2) por isso é o motivo que tudo se dá, como se tem dado, para o país ver até onde as cousas tem chegado, principalmente para commigo, por causa da côr preta no Brazil; os ingratos e falsos da pátria metteram os pretos e os pardos por serem os verdadeiros brasileiros, e porque parte[m] as forças destes, visto esta raça de África e Portugal serem, motivos estes que hoje por invejarem a sorte destes todos terem forças, valor e coragem, tratam de novo em fazerem desaparecerem da face da terra alguns destes vultos [...] que ao depois os falsos disseram que só assim poderiam acabar com tantos pretos e pardos¹¹.

⁹ Nota da autora: os enunciados citados nas análises estão grifados. Os números entre parênteses indicam a ordem dos enunciados na análise dos dados.

¹⁰ *A S. A. Sereníssimo Senhor Príncipe Conde D’Eu*, jornal Carbonario, 20/09/1886.

¹¹ *Ao país e ao respeitável publico*, jornal Carbonario, 18/08/1882.

No enunciado (2), Obá/Galvão critica as perseguições que ele próprio sofre “por causa da cor preta” e faz referência a vultos da Sabinada – alguns dos quais assassinados, como é o caso do comandante Felisberto, morto em 1824. Na percepção do autor, “tratam de novo em fazerem desaparecer da face da terra”, pois “que só assim poderiam acabar com tantos pretos e pardos”. No enunciado, Obá constrói uma oposição entre dois grupos por meio de expressões referenciais nominais: por um lado, *os ingratos e falsos da pátria* e, por outro, *os pretos e pardos*. Ainda, retoma o referente “pretos e pardos” recategorizando-o como “os verdadeiros brasileiros” e posteriormente como “esta raça de África e Portugal”, estabelecendo, assim, o embate entre o grupo de ascendência lusa e africana e o grupo que é retomado pelo termo “falsos”. Nessa oposição construída textualmente, são os africanos e os portugueses, além dos pardos, ou seja, dos sujeitos nascidos no Brasil, os “verdadeiros brasileiros”, aqueles que são invejados por “terem forças, valor e coragem”. Destaca-se, também, este enunciado porque Obá enumera ao lado de atributos físicos como a “força”, atributos morais e éticos como o “valor” e a “coragem”, humanizando as pessoas pertencentes ao grupo ao qual faz referência. Ainda em suas discussões acerca da nacionalidade brasileira, Obá volta ao tema em outra parte da série de artigos, assinalando que sem o trabalho braçal o Brasil “estaria mais atrasado”.

(3) Senhores, por cujo fim, quem no Brazil desconhecerá que se não fosse os portugueses e os africanos virem para o Brazil, todos como estrangeiros sujeitos a escavidão, tecido pela Hespanha e Portugal, como mais civilizados libertaram-se pelos seus esforços, e depois os africanos pelo seu trabalho braçal, só com a única protecção da providencia se justificaram, e se não fosse todos esses braços o Brazil estaria mais atrasado¹².

Os índices de interlocução mostrada já no início do artigo (3), por meio do vocativo “senhores” e da pergunta indireta, retórica, “quem no Brazil desconhecerá...”, constituem estratégia de aproximação no diálogo público que Obá com frequência busca estabelecer com seus interlocutores. O autor apela para uma memória compartilhada entre ele e seus leitores, para a construção de sua argumentação na defesa de que sem os portugueses e os africanos o “Brazil estaria mais atrasado”. Retoma e reafirma a importância de os portugueses e os africanos que mesmo sujeitos à escravidão de Portugal e Espanha, de que “todos esses braços” fizeram com que o Brasil estivesse menos atrasado. No entanto, essa aproximação entre portugueses e africanos não é total, uma vez que considera os portugueses “como mais civilizados” e que pelos seus esforços se libertaram; já os africanos, ainda que com seu trabalho braçal – não-libertos! –, parece contarem “só com a única proteção da providência” na ótica do autor.

É relevante essa valorização do trabalho braçal desempenhado por portugueses e africanos como “estrangeiros sujeitos à escravidão”, numa sociedade que dependia da mão de obra escrava ou quase-escrava. O próprio Obá em outra passagem faz a seguinte crítica: “e que os brasileiros só dão para serem doutores, padres e engenheiros, visto menos trabalharem em serviços braçais¹³”. Na visão de Obá, o que distingue “os brasileiros” dos “verdadeiros brasileiros” é o trabalho braçal. O autor elabora com sutileza uma escala argumentativa nessa distinção, há um trabalho sobre a linguagem. E outra classe de trabalhadores figurou nos artigos de Obá – os professores adjuntos:

¹² *Ao país e ao respeitável publico III*, jornal Carbonario, 28/08/1882.

¹³ *Ao país e ao respeitável publico III*, jornal Carbonario, 28/08/1882.

(4) Até onde tem chegado as cousas só para os inglezes verem, os professores adjuntos quando nas férias, elles devem receber os seus ordenados por inteiro visto ser quando mais precisam, è quando só recebem metade dos seus ordenados, e assim mesmo terá quem desfaça no partido conservador, sem conhecerem que ao menos quando estão no poder comem e dão a todos os artistas, funcionarios públicos e particulares para comerem sem entregar os seus filhos a fome, como mataram os pobres honorários e inválidos da pátria, matando-os a fome¹⁴.

No enunciado (4), Obá se refere à classe de trabalhadores dos professores adjuntos que no período de férias recebem a metade de seus salários, diferentemente de outras classes de trabalhadores que, segundo o autor, não entregam seus filhos à fome: os artistas, os funcionários públicos e particulares. Obá se refere também a uma classe da qual fez parte: “os pobres honorários e inválidos da pátria” que estão morrendo “[à] fome”. Segundo Kraay (2012, p.156), Obá e outros soldados viveram um tempo no Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte. Pode-se estabelecer que nesse enunciado há uma gradação ou uma hierarquização argumentativa construída entre as diferentes classes de trabalhadores: aqueles que comem, os que passam dificuldades e os que morrem à fome.

Há uma preocupação constante nesses artigos de Obá com o mundo do trabalho e, sobretudo, com os trabalhadores em situação precária. Schwarcz (2007), ao discutir as ambiguidades no processo de Abolição brasileira, refere-se à questão da mão de obra na década de 1880. Segundo a autora, no bojo das modificações das relações de trabalho, os imigrantes europeus aqui chegavam para resolver a tão comentada “questão da mão de obra” e “aos poucos escapavam das fazendas, ganhavam as cidades e passavam a executar os trabalhos urbanos para os quais estavam mais preparados” (SCHWARCZ, 2007, p.26). Obá não esteve alheio a essa situação e em artigo de 1887 – um ano antes da Abolição – expõe sua opinião a respeito da entrada de colonos europeus no Brasil no processo de substituição de mão de obra escrava para a mão de obra livre:

(5) Só assim virá Resplandecer as nossas florestas com o arduo trabalho da colonização Africana. [...] Não acreditem em colonios Brancos, seja elle de qualquer nação pois que com exuberantes provas vimos todas vezes que aqui de zembarcão, trabalhão e se a sugestão-se a té pagarem as paçagens e o dispoistratão de serem Caxeiros, negociantes, e outros qualquer modo de vida, comtanto que não peguem no machado para de rubarem as matas das florestas, nas enchadas para aplantarem, e carpir e na fo-se, para roçarem as copoeiras, como poderá o nosso sollo progridir???¹⁵.

Há elementos discursivos já observados em outros artigos como a oposição entre etnias, agora na figura dos “colonios Brancos [...] de qualquer nação” concorrendo com “o arduo trabalho da colonização africana”. E mais uma vez, Obá expõe sua percepção sobre as formas de inserção desses trabalhadores no país. Por um lado, os brancos que se sujeitam até a pagar a passagem pra virem ao Brasil e que desembarcam, trabalham e depois “tratão de serem Caxeiros, negociantes, e outros qualquer modo de vida, comtanto que não peguem no machado”. Pode-se inferir que, segundo o olhar de Obá, a atividade desempenhada como caixeiro ou negociante não configura trabalho, mas

¹⁴ *Ao país e ao respeitável publico VI*, jornal Carbonario, 04/09/1882.

¹⁵ *Só assim conhecerá o sabio Monarcha...*, jornal Carbonario, 25/03/1887.

um modo de vida que não traz o progresso do solo – figura de linguagem para se referir à agricultura, até hoje importante matriz econômica do país. Obá advoga em favor dos colonos africanos, dá voz a esses que são a força de trabalho agrícola e que estão já ligados à terra.

Também, há elementos de interlocução mostrada, como a referência direta ao leitor no enunciado (5) “não acreditem...” e a pergunta retórica “como poderá nosso solo progredir???”. Destacam-se, nessa passagem, os pontos de interrogação reiterados constituindo um índice de subjetividade que sugere sentimentos como indignação, fúria. Obá realmente se posiciona e expõe suas percepções em torno das tensões envolvendo etnias, classes trabalhadoras e precarização do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – “QUEM ESCREVE TAMBÉM DEVE TER CORAGEM”

O enunciado “Quem escreve também deve ter coragem”, que faz parte do título deste trabalho, foi veiculado em um artigo¹⁶ de Obá e é ilustrativo do que se encontrou nesta pesquisa: um sujeito afrodescendente do século XIX, com poucos recursos materiais, letrado e escritor atuante. O conjunto de artigos de Obá/ Galvão é uma rara fonte de documentos nos quais se pode acompanhar parte da trajetória de sujeitos históricos pertencentes às chamadas “classes populares”, e cabe um esclarecimento ainda na conclusão deste texto.

Ao tratar Cândido Fonseca Galvão como um indivíduo pertencente às classes populares, considera-se junto com Hall (2003, p. 257 *apud* MACIEL, 2008, p. 3) que “popular” relaciona-se com “as formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas [...] e as colocam em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante”. A análise elaborada nesta pesquisa aponta para uma tensão permanente construída nos artigos de Obá, em que temas como etnicidade e classes de trabalhadores são manifestados de forma a exibir conflitos permanentes entre grupos pertencentes à “população pobre e de cor” e grupos pertencentes à cultura dominante. Obá explicita esses conflitos ao expressar suas percepções sobre o trabalho braçal, o trabalho precarizado, as disputas em torno do que é ser brasileiro e, por que não, sobre as formas linguísticas empregadas na escrita. O sujeito histórico se coloca de forma corajosa contra discursos dominantes, externando, por meio dos artigos publicados, uma forma de se reconhecer como livre e como cidadão.

REFERÊNCIAS

ACREE JR., W. G. Unsueño realizado: un letrado negro y el poder de la escritura. In: BORUCKI, Alex; ACREE JR., William G. (Eds.). **Jacinto Ventura de Molina, la escritura negra en el Rio de la Plata**. Montevideo: Linard y Risso, 2008.

ALMIM, T.; ÁLVAREZ-LÓPEZ, L. Registros da escravidão: as falas de pretos velhos e de Pai João. **Stockholm Review of Latin American Studies**, n. 4, p. 37-47, Mar. 2009. Disponível em: <<http://www4.iel.unicamp.br/projetos/afrolatinos/Alkmim&LopezSROLAS2009.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

¹⁶ *Ao país e ao respeitável público II*, jornal Carbonario, 21/08/1882.

ALKMIM, T. Português de escravos brasileiros: bases para seus estudos. In: SIMPOSIO INTERENACIONAL DE COMUNICACION SOCIAL, 8., 2003, Santiago de Cuba. **Actas...** Santiago de Cuba: 2003. p.143-46.

ANDREWS, R. G. Prólogo. In: BORUCKI, A.; ACREE JR, W. G. (Eds.) **Jacinto Ventura de Molina, la escritura negra en el Rio de la Plata**. Montevideo:Linard y Risso, 2008.

BARBOSA, A. G. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, C. R. S. (Org.) **A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Pós-Graduação em Letras Vernáculas/ FAPERJ: 2005. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/docentes/71719-1.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BORBA, L. do R. Escrita e comportamento social: Dom Obá II nas páginas dos jornais cariocas do século XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 447-472, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/89703>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CUNHA, O.; GOMES, F. Introdução – Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: CUNHA, O.; GOMES, F. (Orgs.) **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FARIAS, J. B. Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores da Praça das Marinhas, Rio de Janeiro/século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

FARIAS, J. B. **Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. 2012. 294f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GALVÃO, A. M. O. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO, A. M. O. et al. (Orgs.) **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

KRAAY, H. Os companheiros de Dom Obá: Os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. **Afro-Ásia**, n.46, p.121-161, 2012.

MACIEL, L.O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Laura%20Antunes%20Maciel.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, (1731-1850). **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.36, p. 493-550, set./dez. 2007.

OLIVEIRA, K.; LOBO, T. Introdução (Ou como a África, no Brasil, avista a escrita). In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (Orgs.). **África à vista** – Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do sec XIX. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, K. Ajuntamento de fontes para a história do português popular brasileiro: amores, desamores e outras espécies de dores. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.50, n.2, p.217-230, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1497/1060>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

OLIVEIRA, K. **Negros e escrita no Brasil do século XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudos linguísticos. 2006. 1198 f., 3v. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

REIS, M. F. **Úrsula**; a escrava. Atualização do texto e posfácio de Duarte, Eduardo de Assis. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009 [1859].

SCHLIEBEN-LANGE, B. **História do falar e história da linguística**. Tradução de F. Tarallo et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SCHWARCZ, L. M. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo de Abolição brasileira. In: CUNHA, O.; GOMES, F. (Orgs.). **Quase cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHWARCZ, L. **As barbas do imperador**: D Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1998/1999.

SILVA, E. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo**: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001 [1997].

SOARES, C. A capoeiragem baiana na corte imperial (1863-1890). **Afro-Ásia**, n.21-22, p.159-160, 1998-1999.

WISSENBACH, M. C. C. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.4, p.103-121, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/248/255>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Arquivos e banco de dados consultados

Banco de dados TychoBrahe: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/>.

Fundação Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.